

ATA DA 60.^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO
- CTEI/CIF -

No dia sete de dezembro de dois mil e vinte e um, às nove horas, **em formato HÍBRIDO, PRESENCIAL na cidade de Brasília/DF e VIRTUAL por videoconferência pela plataforma Teams**, teve início a **60^a Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Da lista de presença constam:

Presencial: Hugo Santos Tofoli (Coordenador da CT-EI); Frederico Ozanam(SEAPA/MG); Alécia Cunha(SEDESE); Arthur Costa(Fundação Renova); Cláudio Paiva (SEDE/MG); Elaine Vasconcelos (Atingida); Elis Licks(SETADES); Marcos da Silva (Atingido – Comissão Quilombola de Degredo); Mauricio Kowarick (Fundação Renova); Moisés Gomes (Atingido – Periquito); Renato Correia (Atingido – Resplendor/MG); Valeriana Gomes (Atingida – Naque/MG); Victor Prosdocimi (SEDE/MG); João Marcos (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural/ INCAPER), Alessandra (Atingida- Belo Oriente); Weleda (ASPERQD); Macaciel Bredas (SEAMA-ES); Joice Miranda (Comissão de Atingidos de Aracruz); Penha (Atingida – Santa Cruz do Escalvado); Thiago (Fundação Renova); Renato (Min. Da Agricultura- MG); Nani Pires (atingida - Comunidade Pontal do Ipiranga); Antônio Áureo (atingido – Faiscador do município de Rio Doce).

Remota: Antônio (Fundação Renova); Karina (Fundação Renova); Diógenes Fonseca (Fundação Renova); Gabriela Pereira (FGV); Josiane (Fundação Renova); Jucilene Martins (Fundação Renova); Juliana (Fundação Renova); Kadio Aristides (Fundação Renova); Leandro Pinho (IFES); Marcelo (Consultor – EY); Maria Izabel (Consultora – EY); Rildo de Paula (Fundação Renova); Sérgio Ferreira (Fundação Renova); Vicente Pereira(IJSN);

O coordenador, sr. Hugo Santos Tofoli, cumprimentou a todos e, após rodada de apresentação deu início aos trabalhos da **60.^a Reunião Ordinária da CT-EI** com a participação dos membros da CT-EI, comissão de atingidos, assessorias técnicas, Fundação Renova e convidados.

1. Pautas Gerais

| Pauta | Discussão |
|---|---|
| a. Aprovação da Ata da 59. ^a RO da CT-EI | <u>Sérgio Filho informou que havia algumas correções no texto da ata, mas nada que alterasse o conteúdo. Registro a aprovação, por unanimidade, da Ata da 59^a Reunião Ordinária da CT-EI. (A Fundação Renova enviará as observações por e-mail).</u> |
| Encaminhamento 60.1 | O secretariado deverá encaminhar a ata da 58^a RO da CT-EI, aprovada na reunião, para publicação no site do CIF. |
| b. Calendário de Reuniões da CT-EI 2022 | As datas foram aprovadas e poderão sofrer alterações caso coincidam com algum feriado estadual/municipal. O coordenador solicitou que os membros que participam de outras Câmaras informem caso haja conflito de agendas. |
| c. Manifestação sobre o Plano Integrado da Foz do Rio Doce. | Hugo Tófoli informou que, por solicitação do CIF, a Câmara deveria apresentar até o dia 10/12/2021, uma resposta e que o documento com as ações detalhadas seria compartilhado no grupo de informes da CT-EI, para que os membros pudessem fazer sugestões. Elis Licks apresentou uma retrospectiva explicando resumidamente o desenvolvimento do plano (disponível para consulta). O coordenador pediu que os membros efetivos contribuíssem até a manhã do dia 10/12/2021. |

d. Apresentação de vídeo da Comissão de Atingidos dos Produtores Rurais de Conselheiro Pena/MG

O vídeo, no qual os produtores rurais, agricultores e ilheiros atingidos de Conselheiros Pena relataram várias dificuldades e mostraram as imagens das propriedades após a cheia do Rio Doce, foi apresentado.

A representante dos atingidos complementou comentando o que ela mesma vivenciou na sua propriedade e disse que esperava poder mostrar as propriedades após a recuperação.

Maria Célia relatou que quando só falavam em uma Câmara Técnica, as pessoas não tinham uma noção da realidade, mas que tinha filmado o momento da morte de um bezerro por causa do contato com a água do Rio, e disse que desde 2015, não conseguia vender nenhum lote de garrotes, por causa da mortalidade. Ressaltou a situação da ilha que foi mostrada no vídeo, que estava cheia de lama e que ficava ao lado da sua propriedade. Pediu que olhassem para os produtores, pois ainda havia um alto índice de aborto por causa do consumo da água pelo gado, o que o veterinário da Fundação havia comprovado. Ressaltou que a água do poço não era suficiente para toda a criação, pois não dava para puxar para toda a extensão da propriedade. Maria Célia disse que deveria ter a apresentação de imagens em todas as reuniões, para que todos tivessem uma noção real da situação.

Renato perguntou sobre o status do que havia ficado acordado de que consultariam o IMA, sobre a realização de um estudo em cima dos abortos.

Frederico respondeu que na reunião anterior, havia sido disponibilizado o endereço do site do IMA e pediu que os atingidos entrassem no site e preenchessem a notificação para que visitassem a propriedade e fizessem um diagnóstico para descobrirem as causas e assim, pudessem realizar os procedimentos corretos e ressaltou que até aquele momento, ainda não havia nenhuma notificação.

Maria Célia respondeu que ao acionarem o IMA, era solicitado uma série de exames para o rebanho todo, que nem sempre era possível custear, mas deixou claro que após o aumento das chuvas e a mistura das águas, o índice de abortos havia aumentado muito. Hugo respondeu que as notificações no IMA seriam importantes para processos futuros e para que as autoridades competentes pudessem atuar. Elaine que passaria a orientação para os produtores, comissões e associações, mas ressaltou disse que havia registros das mortes, o que era feito semestralmente. Explicou que só 10% das mortes eram registradas, o que não davam uma real dimensão. Maria Célia ressaltou que os abortos não entravam nesse índice de mortalidade e que o IMA realmente só considerava 10% e se passasse disso, era necessário procurarem um veterinário para atestarem a morte, o que prejudicava os registros e causavam prejuízos quanto ao recebimento das indenizações.

Moisés disse que o problema era enfrentado por pequeno e grandes produtores da bacia e que só entravam no cadastro, quando nasciam com vida e que o limite de 10% atrapalhava e prejudicava os produtores.

Hugo Tófoli falou que entendia a angústia dos atingidos e que os vídeos eram esclarecedores e mostravam a situação relatada, mas pediu que fosse apresentados vídeos curtos e que as falas fossem mais objetivas, para que o tempo da reunião fosse otimizado.

Joéci Miranda disse que o que vinha acontecendo nos últimos seis anos não era diferente para os produtores rurais, para os pescadores e

| | |
|---------------------|--|
| | <p>marisqueiros de todas as regiões atingidas. Ressaltou que havia também a mortandade dos peixes nos leitões e de crustáceos e da vegetação nos manguezais. Falou da importância de que aquela realidade fosse apresentada nas reuniões para que não fosse mostrada, até mesmo no exterior, para empresas mantenedoras, a mentira de que estava sendo feito um trabalho. Ressaltou que estava sendo elaborado um Plano Municipal de Saúde, e que após a conclusão, seria apresentada nas CTs para que tivessem conhecimento do que estava realmente acontecendo nos territórios, não só com os animais, mas com tudo, fauna, flora e seres humanos.</p> <p>Frederico finalizou a discussão dizendo que consultaria o IMA sobre o preenchimento do formulário e dos procedimentos necessários para os registros e traria a resposta posteriormente.</p> <p>Hugo respondeu que fosse verificada a questão de se registrar apenas 10%, pois pela fala da Maria Célia, estava havendo subnotificação e que poderiam ver o que a Fundação Renovação poderia fazer.</p> |
| Encaminhamento 60.2 | Encaminhar link de formulário do IMA para registro de casos de abortos em animais para investigação. |

2- Retomada Atividades Agropecuárias (PG17)

| Pauta | Discussão |
|--------------------------|--|
| a. Informe do GT-AGROPEC | O ponto foi suprimido considerando que seria discutido na reunião do GT AGROPEC que seria realizada no período da tarde. |

3 -Desenvolvimento e Diversificação Econômica (PG18)

| Pauta | Discussão |
|--|--|
| <p>a. Apresentação do “Projeto de Fortalecimento da Cadeia do Cacau no Espírito Santo” a partir das considerações da Nota Técnica 096/2021/CT-EI - Fundação Renova</p> | <p>Guilherme xxx, da Fundação Renova, lembrou que na última reunião haviam sido feitas cinco recomendações por meio da NT e que todos os pontos haviam sido esclarecidos no plano de trabalho e retornados. ce perguntou se seria melhor começar pelos cinco pontos, Hugo respondeu que seria ideal repassar os cinco pontos e explicou que o fluxo seria: ir para deliberação dentro do GT e que depois voltaria para aprovação da Câmara, com a NT final.</p> <p>Guilherme xxx e Victor França da Fundação apresentaram:</p> <p>Adequação do público beneficiário (item 9)- No documento anterior, estavam previstos mulheres e jovens, mas as 300 pessoas beneficiadas estavam vinculadas a apoio a eventos e parte do projeto era apoiar a participação de beneficiários, de pessoas jovens, mulheres e homens, em eventos relacionados a cacau e já sabiam quais os eventos que iriam acontecer, A princípio, minimamente, 50 pessoas mulheres, entre as 300 pessoas, iriam participar dos referidos eventos.</p> <p>Guilherme ressaltou que muitas recomendações estavam relacionadas e disse que no item 2, recomendava-se a criação de processos de participação social e seleção dos beneficiários, garantindo a participação de pequenos produtores, em especial</p> |

os atingidos diretamente. Lembrou que o PG 18 priorizava os atingidos, mas não ficava restrito àquele grupo (item 8 do plano do trabalho). Victor explicou que de acordo com o item 2, seria feito com o máximo de instituições compostas pelo Comitê Gestor, composto pela Cocoa Action, pelo Senar/ES, PELA Prefeitura de Linhares, pela SEAG, pela Imaflora e pelo CIC e pelo Comitê Operacional, composto pela Fundação Renova, pela Imaflora, pelo CIC, pelo SENAR, pela SEAG (Incaper/Idaf), pela ACAU e pela Prefeitura de Linhares, além de outros parceiros que não participaram do Comitê Operacional, mas seriam convidados por dialogarem com algumas operações propostas no projeto em um papel consultivo: Comissão de atingidos. Sindicatos Rurais, Cocoa Action Brasil e outras instituições que forem julgadas pertinentes. Foi detalhado que os critérios de seleção dos beneficiários direto do projeto, que deveria conter cacauzeiros produtivos, deveria ser uma área que se enquadra na legislação de agricultura familiar, deveria estar na região da Bacia inteira atingida pela Barragem no estado do ES e deveria estar aptos a receber assistência técnica e seguir os conselhos dos técnicos. Explicou, ainda a **recomendação 3 - criação de ações voltadas à preparação do produtor para a comercialização do cacau-** as atividades do treinamento, que seria realizado um por semestre, totalizando quatro treinamentos com os pontos a serem trabalhados; manejo sustentável do Cacau, Pós colheita, Gestão e Comercialização, saúde e segurança do trabalho. Victor apresentou, também, a quinta recomendação, que era a **implantação de área de até 1 ha para servir de demonstração a outros produtores da região e manejo intensificado em área já produtiva**, o que seria feito a partir de parceria com fazendas de cacau já estruturadas, financiamento à manutenção básica daquelas unidades, treinamento in loco e assistência técnica, showroom de aplicação de boas prática para a comunidade do entorno.

Como a intenção era apresentar o detalhamento das atividades daqueles pontos no orçamento, Guilherme finalizou a apresentação.

Hugo informou que se na análise do GT, tudo estivesse correto, a nota seria levada para a próxima reunião da CT-EI,

Eliane Gregório perguntou as trezentas pessoas beneficiadas fariam algum curso para trabalharem no projeto e ressaltou que os pequenos agricultores de Povoação e de Regência, queriam que os atingidos acompanhassem aquele projeto, em todos os sentidos e solicitou que tudo fosse explicado aos atingidos.

Ana respondeu que o processo de divulgação e de prospecção das trezentas pessoas seria uma das etapas e como todas as etapas, inclusive a de mobilização dos atingidos, de engajamentos deles no processo, estava previsto para quando o projeto estivesse em execução e aquele momento era de avaliação e aprovação. Explicou que após a deliberação do CIF para utilização do compensatório. Explicou, ainda, que o cronograma poderia ser apresentado e os interessados poderiam acompanhar e integrar o projeto.

Hugo solicitou que as pessoas interessadas em projetos específicos, acompanhassem as reuniões da CT-EI, que eram gravadas e estavam disponíveis no You tube e ressaltou que, conforme já

| | |
|--|--|
| | <p>respondido na reunião anterior, o projeto ainda não tinha sido apresentado à comunidade para não gerar expectativa, já que ainda não estava aprovado. Solicitou ainda que as pessoas interessadas buscassem todo o histórico da discussão para se inteirar do andamento.</p> <p>João perguntou se o Município de São Mateus seria atendido, já que mencionaram que seriam os atingidos da Bacia.</p> <p>Foi respondido que o apresentado foram os critérios mínimos, que os atingidos da bacia seriam priorizados, mas que outros poderiam ser adicionados e alinhados nos Comitês, mas que acreditava que São Mateus poderia ser adicionado.</p> <p>Foi sugerido que a redação fosse melhorada para que ficasse melhor entendido que os cacauzeiros poderiam ser atendidos como um todo.</p> |
|--|--|

| 4 - Aprovação das Revisões de Programas | |
|--|---|
| Pauta | Discussão |
| <p>a. Aprovação da Revisão do PG16</p> | <p>Foram apresentados os principais pontos de dissensos.</p> <p>No caso do PG 16, no momento da reunião ainda não havia um texto de revisão, mas uma minuta de Nota Técnica que após aprovação, seria apresentada ao CIF, explicando que a falta do texto, devia-se ao fato de não haver informações de questões sanitárias, de saúde e ambientais a respeito do Rio, para planejarem a retomada das atividades.</p> <p>Renato Cardoso, Coordenador do GT PG 16, apresentou o texto da NT, explicando os pontos e as adequações que foram realizadas, considerando a Portaria SAP/MAPA n.º 265, de 29 de junho de 2021 e, ainda as particularidades dos armadores de pesca do Espírito Santo, para que estes fossem contemplados, porém, mantendo o entendimento do TTAC, em suas cláusulas 1, 10 e 21. Renato explicou, também, que após análise junto com a Fundação Renova, tentariam fazer uma distinção entre pesca e aquicultura, apesar do segundo ser um público menor (10% dos cadastrados), para facilitar o avanço das ações do programa. Renato leu as considerações finais e não havendo manifestações contrárias, a minuta da Nota Técnica foi aprovada.</p> <p>Na oportunidade, Renato <u>informou</u> que não havia conseguido falar com a Coordenadora-Geral de registro e monitoramento do Ministério da Agricultura para que fossem tratadas as declarações sobre os AFES, mas manteriam, via CT-OS, o que já estava proposto, que seria encaminhar ao CIF a solicitação de suspensão dos cancelamentos. Eliane perguntou sobre o prazo de 30 dias dado pela Fundação Renova e como ficaria a situação dos atingidos se os cartões fossem cortados. Renato respondeu que o fluxo seria enviar ao IAJ, para manifestação.</p> <p>Hugo ressaltou que Renato havia passado o informe, <u>mas solicitações referentes ao AFE, deveriam ser direcionadas à CT-OS.</u></p> |

| | |
|--|--|
| | <p>Mariângela, consultora dos camaroeiros de Vitória, parabenizou os técnicos que elaboraram a Nota, por terem conseguido contemplar a complexidade da pesca e, principalmente, descrever a cadeia produtiva da pesca. Ressaltou que a Nota era um ponto de partida para que a Fundação Renova realizasse suas ações. Mariângela reforçou o que foi falado pelo Renato: que a atividade pesca era, legalmente, uma atividade agrícola e que a pesca industrial eram embarcações de médio porte e não CNPJs. Explicou que alguns empresários do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, com barcos de grande porte iam pescar no Espírito Santo e , mas raros eram de empresas.</p> |
| <p>c. Aprovação da Revisão do PG18</p> | <p>Hugo informou que o PG havia sido revisado, debatido internamente e dialogado com a Fundação Renova e que houve apenas um ponto, não exatamente de dissenso, que foi o referente aos indicadores que seriam finalísticos e quais seriam de acompanhamento. Hugo explicou que para a Câmara todos seriam finalísticos, mas a Fundação Renova considerava que os técnicos não teriam autonomia para definir os quatro primeiros indicadores como finalísticos sem passar pelo Conselho Curador, mas como não haveria tempo de ir e retornar do Conselho, havia entrado na revisão do programa como dissenso. Hugo ressaltou que as metas dos indicadores eram baseadas no orçamento existente naquele momento e que caso houvesse entrada de novos projetos e ampliação do orçamento, as metas seriam revistas.</p> <p>Ana respondeu que, sobre as ponderações da Câmara, a Governança verificaria internamente possibilidade de se posicionarem até a reunião do CIF em que haveria a análise.</p> <p>Hugo informou que uma minuta de deliberação seria enviada ao CIF, informando o único ponto de dissenso e que caso o assunto seja resolvido, seria informado na referida reunião e passariam a revisão para aprovação do documento com um todo.</p> <p>Considerando que não houve manifestações contrárias, a revisão foi aprovada nos termos expostos.</p> <p>Hugo informou que a Câmara tentaria pautar o assunto para a RE do CIF.</p> |
| <p>d. Aprovação da Revisão do PG19</p> | <p>Hugo informou que o PG 19 havia seguido o fluxo do PG 18, mas não houve nenhum dissenso e só ajustes no texto. Considerando que não houve manifestações contrárias, o programa foi considerado aprovado.</p> |
| <p>e. Aprovação da Revisão do PG20</p> | <p>Hugo informou que houve um pequeno dissenso e por ser um ponto de cláusula, deveria permanecer como dissenso, considerando que Fundação Renova poderia argumentar na reunião do CIF, com o jurídico, para definirem. Hugo informou que foram feitos alguns ajustes e que foi inserido mais um indicador, que foi da questão das empresas capacitadas.</p> <p>Hugo ressaltou que o dissenso era no indicador que trata do total de recursos recolhidos por ISS e ICMS nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, na área de atuação da Fundação Renova, pois a Fundação havia retirado o ICMS e que na sua visão, deveria ter a cobrança, segundo Cláusula do TTAC. Hugo ressaltou que caso</p> |

existisse alguma argumentação legal de não cobrança, o assunto deveria ser debatido no CIF.

Roberto respondeu que a Fundação Renova recolhe o ISS, mas recolhia o ICMS, pois quem recolhia eram os fornecedores de materiais e a Fundação não fazia acompanhamento do recolhimento.

Hugo perguntou se o dissenso deveria ser mantido.

Considerando que todos concordaram, Hugo informou que o dissenso seria informado no ofício pelo qual o Programa seria enviado o CIF.

Hugo informou que em relação às metas que estavam nos indicadores haviam sido feitas com base em documentos anteriores, mas considerando que estavam tramitando dois projetos dentro da Câmara que iriam atualizar as informações, os indicadores poderiam sofrer alterações.

Diante da concordância de todos, o programa foi aprovado.

Hugo informou que o PG42 seria discutido posteriormente, por não ser uma urgência na deliberação do CIF, mas que estava faltando apenas ressarcimento dos dois estados.

Sérgio Filho respondeu que o PG 42 estava bem avançado na execução e agradeceu o empenho da CT para aprovar os programas e que é muito importante terem o escopo e critérios de encerramento definidos de cada programa para acompanharem as entregas.

Ana endossou os agradecimentos do Sérgio e agradeceu todas as contribuições que a Câmara havia apresentado por meio das minutas de Nota Técnica.

Hugo informou ao pessoal da economia da Fundação Renova, que, sobre o Distrito Industrial de Mariana, havia sido solicitado o envio das tabelas de revisão, que foram recebidas na tarde do dia anterior, não sendo possível pautar para a reunião em curso.

Sobre o PG 16, foi reproduzido um áudio no qual Luciana solicitou que se registrasse em ata as dificuldades em obter a documentação que estava sendo apresentada e que dentro do TTAC, deveriam ser observadas as cláusulas 18 e 140, mas havia um completo desrespeito e perguntou como se poderia falar de retorno das atividades pesqueiras, se a Fundação anunciava o corte do AFE, quando o sistema de indenização, concebido para aqueles que não conseguiam provar diante da Fundação que eram atingidos, estava sendo apresentado para os atingidos de AFE, para os pescadores de RCP, fugindo, assim da política da qual foi fundado. Luciana ressaltou que para a Comissão de Regência e Entre Rios era uma ataque aos direitos humanos e que para toda e qualquer ação de retorno à pesca, ao retorno agropecuário econômico, se fazerem legítimas, seria necessário que o atingido tivesse segurança financeira. Luciana disse, ainda, que quando mostrava para o atingido a possibilidade de se cortar o único ganho que ele tinha, que naquele caso era o AFE, lucro cessante, acabava não aceitando o projetos, ressaltando que como poderia aceitar os projetos diante da realidade que não estava boa, diante de uma pressão de assinar uma quitação geral. Luciana ressaltou, novamente, que o que estava no TTAC deveria ser respeitado, como as singularidades das Comunidades. Explicou que os tipos de pesca da foz sul era completamente diferente da foz norte e disse que o público do projeto não estava claro e com público, poderiam trabalhar de forma assertiva e direcionada e pediu que os pescadores das associações de pesca fossem chamados para serem

ouvidos, pois isso não estava acontecendo. Disse que as comissões eram bons canais de demandas, mas as associações de chegarem à frente das comissões. Luciana solicitou que os técnicos responsáveis pela elaboração dos projetos visitassem os territórios para ouvirem os pescadores que estavam dentro das associações e que quando se falava em qualificação era muito difícil, pois os pescadores mais velhos eram resistentes à qualificação, que poderia ser voltada para um público mais jovem. Explicou que a cadeia de pesca era muito grande e envolvia vários segmentos, mas o pescador que estava na ponta, que tinha entre 45 e 60 anos, era mais difícil procurar uma qualificação que não estivesse ligada à pesca, ligada ao rio.

Hugo disse que o áudio era um depoimento e que o assunto havia sido discutido no dia anterior.

Sérgio informou que mesmo não havendo pauta de acompanhamento dos programas na CT-EI, a Fundação Renova estava encaminhando os materiais atualizados de cada programa e que já iria enviar os materiais para a reunião o GT Agropec.

Camila pediu que refletissem o que foi dito pela Luciana, considerando que o AFE não era assunto apenas do PG 16, mas era uma assunto geral e ressaltou que a Fundação Renova nunca quis migrar os pescadores de atividades e que sempre ressaltou nas reuniões com as Câmaras que eles não querem migrar de atividade. Camila ressaltou que a Fundação seguia o TTAC e respeitava a tradicionalidade da vivência daquele público e pediu que ficasse registrado que a Fundação em nenhum momento quis migrar os pescadores de atividade.

Finalmente, o coordenador suplente da CT-EI, sr. Cláudio Paiva, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a **60ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI/CIF** às 17h30 do dia 07 de dezembro de 2021.

Registro que a presente ATA foi aprovada no dia 12/01/2022, na 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO – CTEI/CIF.

HUGO SANTOS TOFOLI
Coordenador da Câmara Técnica de Economia e Inovação

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

HUGO SANTOS TOFOLI
DIRETOR QCE-02
DIRTEC - ADERES - GOVES
assinado em 11/03/2022 16:36:19 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 11/03/2022 16:36:19 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por HUGO SANTOS TOFOLI (DIRETOR QCE-02 - DIRTEC - ADERES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-5FL848>